dores são obrigados a matricular em determinados navios e extra-lotação pelo menos um praticante de piloto e um praticante de máquinas com os respectivos cursos;

Considerando dever seguir-se igual orientação quanto aos radiotelegrafistas com certificado especial, pois só assim eles poderão efectuar o tirocínio radiotelegráfico no alto mar exigido pelo n.º 2.º da portaria n.º 10:462, de 4 de Agosto de 1943, que habilita à obtenção da categoria de radiotelegrafista da marinha mercante de 2.ª classe;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Nos paquetes e nos navios mistos de passageiros e carga dispendo de recepção automática os armadores são obrigados a matricular, extra-lotação, pelo menos um radiotelegrafista com certificado especial.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Julho de 1946. — ANTONÍO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Lei n.º 2:018

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

BASE I

As expropriações por utilidade pública que, nos termos do decreto-lei n.º 28:797, de 1 de Julho de 1938, ou diplomas posteriores, devam fazer-se por arbitragem, regular-se-ão pelas disposições actualmente em vigor, com as alterações constantes das bases seguintes.

BASE II

Lavrado o auto da arbitragem, o expropriante comunicará ao expropriado o resultado e requererá a notificação judicial de quaisquer outros interessados conhecidos.

Consideram-se interessados os que tiverem registado a seu favor algum direito real ou ónus real, os que sobre ele tiverem qualquer direito real não sujeito a registo e os arrendatários de estabelecimentos comerciais ou industriais instalados no prédio há mais de cinco anos.

BASE III

O expropriante, o expropriado e os demais interessados podem sempre recorrer do resultado da arbitragem para o tribunal da comarca da situação do prédio, no prazo de oito dias, contados, respectivamente, da data do auto, da data em que tiver sido recebida a comunicação prescrita na base anterior e da data da notificação.

Não haverá a segunda avaliação prevista no artigo 1.º do decreto-lei n.º 30:725, de 30 de Agosto de 1940.

BASE IV

1. O recurso, restrito à importância da indemnização, será julgado pelo tribunal colectivo.

2. O processo do recurso terá os trâmites estritamente indispensáveis e deverá ultimar-se, salvo caso de força maior devidamente comprovado, no prazo de três meses.

3. Poderá proceder-se a inspecção judicial e a avaliação por cinco peritos.

4. As diligências processuais, relativas às expropriações reguladas por esta lei, podem ser praticadas em férias e terão preferência sobre outras respeitantes a processos que por sua natureza não envolvam urgência.

5. A decisão do tribunal colectivo será minuciosamente fundamentada e dela não haverá recurso.

BASE V

Qualquer interessado tem a faculdade de requerer a todo o tempo vistoria *ad perpetuam rei memoriam*, destinada a fixar elementos de facto que possam desaparecer e cujo conhecimento interesse ao julgamento do recurso.

BASE VI

A execução das obras só pode começar volvidos dez dias sobre o depósito judicial da importância arbitrada como indemnização, mas findo este prazo a actividade do expropriante em relação ao prédio não pode ser prejudicada nem pela vistoria nem pelo recurso.

BASE VII

1. As disposições desta lei são aplicáveis às expropriações pendentes.

2. As expropriações em que a importância da indemnização tenha sido arbitrada posteriormente a 31 de Dezembro de 1945 e não haja sido efectivamente recebida por todos os interessados consideram-se pendentes.

3. Se à data da entrada em vigor do regulamento da presente lei já estiver arbitrada a importância da indemnização e o caso couber no n.º 2 desta base, pode qualquer interessado interpor recurso para o tribunal, no prazo de oito dias a contar daquela data.

BASE VIII

O decreto regulamentar, necessário para a completa execução da presente lei, será expedido no prazo de um mês.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Julho de 1946. — ANTONÍO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Augusto Cancellia de Abreu* — *Marcello José das Neves Alves Caetano* — *José Caetano da Matta* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 35:761

Considerando que foram adjudicadas as obras de acabamentos do edificio dos correios, telégrafos e telefones de Silves à firma Ramos & C.ª;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de trezentos e sessenta dias, que abrange parte do ano económico de 1946 e do de 1947;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do decreto n.º 27:563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com a firma Ramos & C.ª para a execução das obras de acabamentos